

Taguspark quer ser cidade do conhecimento

Foi criado em 1992 como parque de ciência e tecnologia. Agora, quer ser mais do que isso: uma cidade do conhecimento. Para ser mais do que um sítio de empresas, para ser uma cidade.

ALEXANDRA MACHADO
amachado@negocios.pt

Há quase 25 anos, em 1992, era criado o Taguspark, em Oeiras. Foi o ano em que Dina ganhou o Festival da Canção com “Amor d’Água Fresca” e os Jogos Olímpicos realizaram-se em Barcelona, sem que Portugal tivesse conquistado qualquer medalha.

Cavaco Silva liderava o Governo, depois da segunda maioria absoluta em 1991. Mário Soares era o Presidente. E Isaltino Morais o presidente da Câmara de Oeiras.

Tido como primeiro parque tecnológico em Portugal, ainda hoje tem essa designação, mas agora com uma ambição renovada. “O ‘shift’ que queremos dar é transformar ou evoluir para uma cidade do conhecimento, uma ‘knowledge city’”, diz ao Negócios o administrador executivo do Taguspark, António Carmona Rodrigues, ex-presidente da Câmara de Lisboa e ex-ministro do Equipamento, que entrou na gestão do parque em 2014.

“Knowledge city” porquê? Cidade dá uma noção de permanência e vivência. E conhecimento leva à tecnologia, informação. “Queremos continuar na primeira linha do conhecimento”.

Carmona Rodrigues detecta a fragilidade de um parque que vive apenas durante o dia, das 9 da manhã às seis da tarde. Durante esse período entram 11 mil pessoas, numa freguesia (Porto Salvo) que tem 15 mil...

Mas depois é como se fechassem portas. E o Taguspark quer combater isso. A pensar nessa vivência está a estudar a forma de avançar, na chamada segunda fase de desenvolvimento do parque,

110 EMPRESAS

O parque alberga 110 empresas. Tem uma taxa de ocupação de 70%.

300 mil LUCROS EM 2015

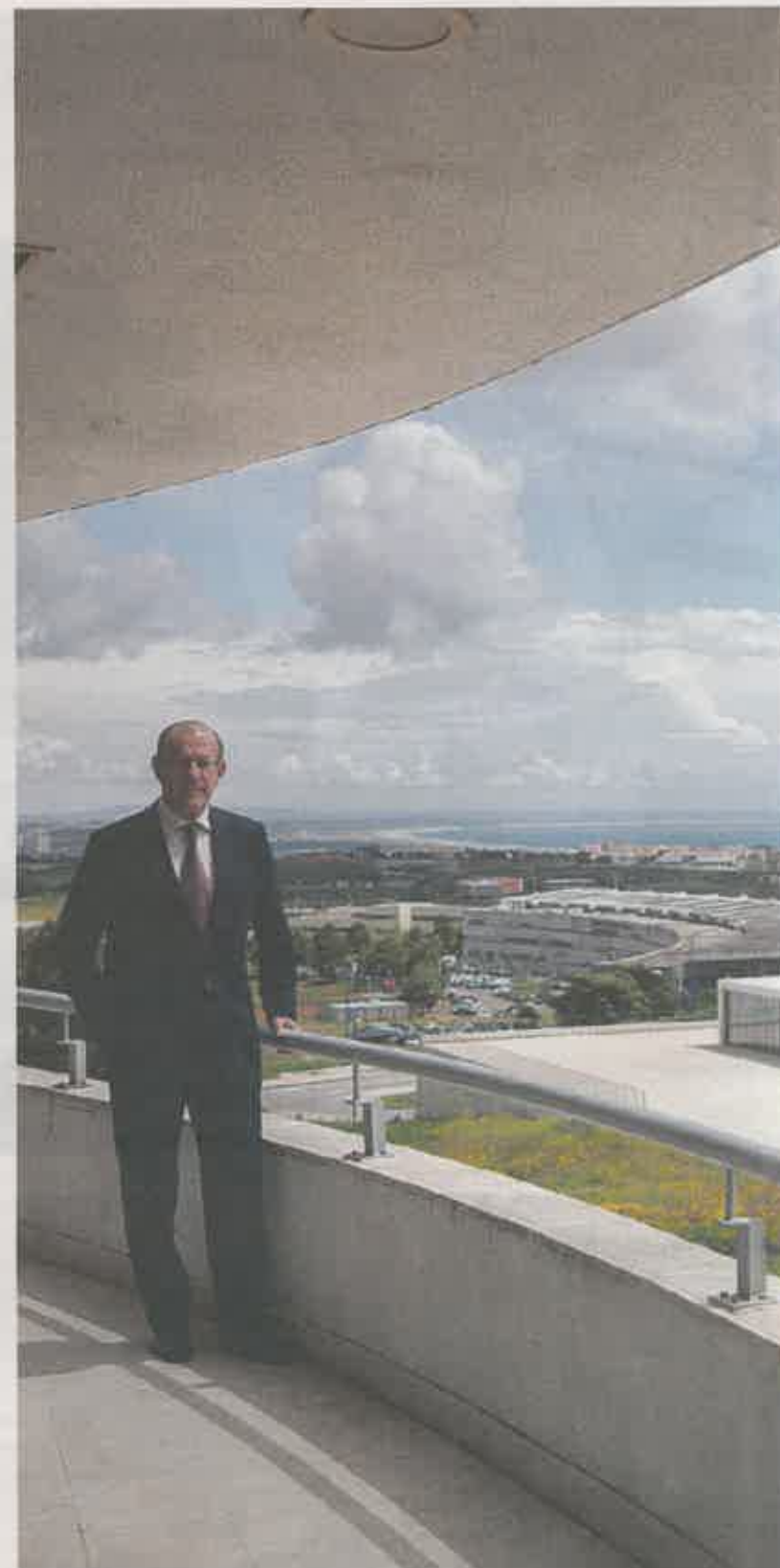
2015 foi o segundo ano com lucros. Em 2014 tinha lucrado quase 1 milhão.

150 HECTARES

O parque ocupa 150 hectares, sendo 60 hectares relativos à segunda fase.

com residências temporárias. Se no plano concebido há largos anos estava planeado um hotel, Carmona Rodrigues admite que está a repensar a existência de um hotel, mas não tem dúvidas de que “temos de ter mais oferta de alojamento temporário”. Os moldes estão a ser estudados. Há procura por parques com este tipo de alojamentos, em particular por parte de entidades internacionais. Reforça a componente de fixação e ao mesmo tempo chama mais serviços. Neste momento, o Taguspark tem 110 empresas instaladas.

Para já, e a pensar na valoriza-



António Carmona Rodrigues garante que os acionistas não olham para o parque como

ção da vivência no parque, o Taguspark está a valorizar os espaços verdes, a criar pistas cicláveis, circuitos de manutenção. O parque, criado para ter baixa densidade de construção, tem muitos espaços aproveitáveis. “Queremos melhorar a vida dentro do parque”. Outro projecto da gestão é melhorar a eficiência energética, o que levou há mais de 20 anos a ser criada uma unidade de geração de energia a gás que permite baixar a factura de electricidade. Ainda assim, Carmona Rodrigues queixa-se do que paga em energia. “Quer queiramos quer não, a energia não está barata”.

O projecto passa por substituir a iluminação do parque e recorrer a outras fontes de energia, como o fotovoltaico. Medidas que contribuirão, também, para reduzir custos. Carmona Rodrigues garante que o corte de despesas que tem sido conseguido permitem que os custos totais de instalação no Taguspark – rendas e despesas de condomínio – sejam competitivos face a outros parques. E lembra: não há parque de estacionamento pago. “Nem se vai pagar”, garante o gestor, salientando que essa pode ser uma vantagem, como diz ser a localização, perto dos maiores centros

PERGUNTAS A CARMONA RODRIGUES

Administrador executivo
do Taguspark

Objectivo é reinvestir todos os lucros obtidos

A estrutura accionista do Taguspark é apontada por Carmona Rodrigues como vantajosa, na medida em que “a diversidade deste tipo de accionistas é garantia de estabilidade e perenidade do parque”. Mas contesta a classificação do parque como sendo entidade pública.

O Taguspark esteve nas bocas do mundo [pela tentativa de compra da TVI, e pelo processo em tribunal por alegada utilização de um contrato com Figo para apoio a uma campanha de Sócrates]. Sentiu impacto da má propaganda?

Nem tanto. Senti mais o rescaldo da crise económica, que fez ajustar os preços de arrendamento a valores de mercado. Foi uma altura em que houve uma diminuição da taxa ocupação e receitas. Mas houve decisões tomadas em sentido contrário. Houve uma grande diminuição de gastos, a começar pela administração. Houve um ajustamento às circunstâncias. 2015 foi o segundo ano consecutivo com resultados positivos.

O objectivo é dar lucro?

Eu diria que é não ter prejuízo.

Mas é objectivo pagar dividendos aos accionistas?

Nunca foram pagos. O objectivo é reinvestir, sempre. O objectivo é não ter prejuízos, mas tudo o que for positivo é reinvestido. Temos gasto muito agora em manutenção de edifícios. E ganhámos em tribunal um processo.

O do Figo?

Não. Esse estaremos destinados a perder. Foi feito um contrato em que aparentemente o objecto foi cumprido [produção de um vídeo de publicidade com o ex-jogador], só não foi cumprido o pagamento.

Usam o vídeo?

Não. Nem sei onde está. Nunca o vi.

Qual foi o processo que ganharam?

Contra a Gás de Lisboa, que instalaram uma conduta de gás importante em terrenos nossos. Se calhar estou destinado a isso, a resolver berbicachos...

Agora é uma entidade pública... Não contestaram essa classificação?

Antes de contestar gostava de ser esclarecido. Até agora não há esclarecimento total e claro de qual é a situação da nossa natureza jurídica. O decreto-lei 133/2013 coloca-nos como pública, mas sempre foi privada, e de repente fica com inseguranças. De facto 55% dos accionistas são entidades públicas, mas não dependentes do sector empresarial do Estado e nem sequer têm a mesma tutela. Genericamente fazemos as coisas como na contratação pública, mas não estamos obrigados, temos pareceres. O problema é de gestão, se quisermos alienar um terreno, que tramitação é que temos? Temos de informar o Ministério das Finanças? Já fui até ao Ministério das Finanças pedir informações. Estamos a aguardar esclarecimentos.



De facto, 55% dos accionistas são entidades públicas, mas nem sequer têm a mesma tutela.



Apoiamos as empresas de Oeiras

O Santander Totta apoia as empresas de Oeiras com soluções de financiamento e/ou adiantamento dos fundos do Portugal 2020.

**Apresente-nos
a sua candidatura**

Informe-se já junto do seu Gestor ou do seu Balcão. Mais informações em www.portugal2020.pt

Antecipação sujeita a aprovação prévia das entidades envolvidas. Não dispensa a leitura da informação pré-contratual.

